

OPERAÇÃO NAVALHA

Lobista da Mendes Júnior diz, em depoimento à Corregedoria do Senado, que foi apenas o intermediário nos pagamentos feitos à jornalista Mônica Veloso. Tuma ficou convencido

Versão de Renan confirmada

Brasília – O lobista da Construtora Mendes Júnior Cláudio Gontijo negou, em depoimento à Corregedoria do Senado ontem, que tenha usado dinheiro próprio ou da empreiteira para fazer pagamentos à jornalista Mônica Veloso, com quem o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), tem uma filha de três anos.

Durante o depoimento de cerca de duas horas, Gontijo detalhou os pagamentos feitos a pedido e com recursos de Renan. Mônica recebeu três tipos de repasses: um desembolso total, uma única vez, em dinheiro de R\$ 40 mil, referente a um ano de aluguel; R\$ 8 mil por mês de pensão por conta da filha; e R\$ 4 mil referente à proteção de segurança particular.

“O senador Calheiros assumiu espontaneamente a paternidade de sua filha. As prestações alimentícias devidas à criança foram também pagas por ele: pagas de forma espontânea e exclusiva. Tudo sem a mínima participação da construtora onde Gontijo trabalha há mais de 15 anos”, disse o advogado e irmão do representante da Mendes Júnior, Segismundo Marques Gontijo.

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), afirmou que Gontijo foi convincente, sereno e estava tranqüilo durante todo o depoimento. Para Tuma está claro que Renan dispunha de recursos suficientes para manter os pagamentos à Mônica. “É preciso confirmar agora com a Mônica

Veloso porque deve ter diversos extratos (bancários) que confirmam os depósitos que o Gontijo disse que fez em nome do Renan”, afirmou. Ainda não está definida uma data para ouvir a jornalista.

Segundo Tuma, Renan entregou dinheiro vivo a Gontijo na maioria das vezes. Segundo ele, apenas em um mês, não especificado qual, o presidente do Senado teve de dar um cheque para complementar o pagamento. “Mas ele disse que, por orientação do Renan, foi na agência bancária para sacar o valor do cheque para entregar dinheiro à Mônica”, disse o senador do DEM de São Paulo.

Hoje, o Conselho de Ética reúne-se para discutir se instala um processo por quebra de decoro contra Renan. Por sugestão do presidente do órgão, senador Sibá Machado (PT-AC), a definição sobre o processo deve ser adiada novamente. O argumento é dar mais tempo para os membros do conselho analisarem as documentações. Tuma também descartou entregar o relatório hoje sobre sua apuração na corregedoria.

O presidente do Senado entregou ao corregedor documentos sobre sua movimentação financeira rural. Tuma disse que ainda não analisou essas últimas informações. O senador do DEM afirmou que fez um cruzamento com base nos Impostos de Renda dos últimos cinco anos com os comprovantes bancários de Renan. Ele disse que apresentará sua conclusão apenas ao Conselho de Ética.



Cláudio Gontijo prestou depoimento, ontem à tarde, a portas fechadas, para o senador Romeu Tuma, corregedor-geral do Senado

Conselho vai adiar decisão

“Eu quero a verdade e a Justiça. Nem tenho vocação para ser inquisidor”

Jefferson Peres (PDT-AM), senador

Brasília – Um dos integrantes mais antigos do Conselho de Ética do Senado, o senador Jefferson Peres (PDT-AM) sugeriu ontem que o presidente do órgão, senador Sibá Machado (PT-AC), constitua uma comissão parlamentar para apurar as denúncias que envolvem o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL). Para o pedetista, o assunto deve ser conduzido por três senadores de partidos diferentes e não apenas um parlamentar. Porém, ele não se coloca à disposição para integrar esta comissão parlamentar. “Eu quero a verdade e a Justiça. Nem tenho vocação para ser inquisidor”, disse o senador.

Segundo Peres, as investigações em torno das acusações de que Renan teria recebido dinheiro do lobista Cláudio Gontijo, da Construtora Mendes Júnior, para pagar despesas pessoais, devem ser conduzidas pelo Conselho de Ética e não pela Corregedoria-Geral do Senado. “Cabe à

corregedoria investigar o que ocorre dentro do Senado e o que está sendo investigado ocorreu fora daqui”, afirmou o senador.

O Conselho de Ética do Senado se reúne hoje. Segundo o presidente do órgão, ele distribuirá os documentos enviados por Renan para os 15 integrantes do conselho e vai designar o relator do caso. De acordo com a assessoria do petista, não está descartada a possibilidade de constituir uma comissão de três parlamentares, como sugere Jefferson Peres.

Mas Sibá já indicou que deve adiar para a semana que vem a

decisão sobre a abertura de processo contra Renan. Segundo o petista, o adiamento da decisão é a hipótese mais provável, uma vez que os senadores precisam analisar os documentos encaminhados por Renan à corregedoria do Senado.

Apesar do possível adiamento, o petista negou que esteja protegendo Renan de um eventual processo no Conselho de Ética. Ao ser escolhido presidente do órgão, o senador recebeu críticas por ser um dos principais aliados do Palácio do Planalto, de quem Renan é um dos articuladores no Congresso.

O corregedor-geral do Senado, senador Romeu Tuma (DEM-SP), afirmou que não vai arquivar nada relacionado ao caso Renan Tuma explicou que, na condição de corregedor, nada pode arquivar. “O que eu disse foi que gostaria (de arquivar). Como gostaria que ninguém praticasse nenhuma sacanagem nesta Casa”, afirmou. Ele acrescentou que encaminhará ao Conselho de Ética todas as informações e documentos que recebeu até agora sobre o caso, para que os conselheiros decidam se abrem ou não uma investigação formal. O corregedor afirmou também que não quer ser o relator do caso no Conselho de Ética. O senador Sibá Machado (PT-AC), presidente do colegiado, havia dito que pretendia atribuir a Tuma a tarefa de relatar o episódio. Um repórter perguntou a Tuma o que queria dizer com a palavra sacanagem, e o senador respondeu: “Sanguessuga. Essas coisas”.

ACUSAÇÕES

Operação Navalha

As conversas gravadas pela PF apontam que o ex-secretário de Infra-Estrutura de Alagoas, Adelfon Teixeira Bezerra, junto com outros acusados de integrar o esquema de fraudes em licitações de obras, articulavam para que Renan Calheiros pressionasse a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, a liberar recursos para obras fraudadas.

Relação com lobista

O lobista Cláudio Gontijo, da Construtora Mendes Júnior, teria pago pensão mensal de R\$12 mil para uma filha de 3 anos que o senador tem com a jornalista Mônica Veloso. Renan argumenta que o dinheiro da pensão vem de rendimento de atividades agropecuárias, que recebeu uma herança.

Laranjas

Renan e seu irmão Olavo são acusados de ocultar que são donos de propriedades rurais na região de Murici, Alagoas. Dimário Cavalcante, primo de Renan, alega que vendeu ao senador a Fazenda Novo Largo, que não consta da declaração de bens entregue pelo senador à Justiça Eleitoral. A suspeita é de que Renan use laranjas para esconder ser donos de fazendas em Alagoas.

MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



MARCOS MICHELI/EM

Política e moral

Nos últimos dias, fomos confrontados com fatos que nos permitem discutir algumas características relevantes de nossa cultura política. O primeiro tem a ver com o ocorrido com o presidente do Senado e o mais recente com o presidente Lula. Eles se assemelham em apenas uma dimensão, que é, no entanto, a que nos interessa.

Ambos se referem à vida privada dos personagens, as relações amorosas de um e o comportamento do irmão do segundo.

No estereótipo com o qual somos vistos pelo resto do mundo e através do qual muitas vezes nos vemos, se espera que uma cultura predominantemente latina e católica, como a nossa, seja conservadora em seus

costumes e sua moral, nem que seja apenas nas aparências. A valorização da família tradicional, a preservação de fronteiras rígidas separando a casa da rua, o jogo de papéis marcadamente ritualizados entre mulheres e homens, atributos que deveriam ser característicos dessa nossa “cultura”, tudo justificaria que fôssemos moralistas na avaliação do comportamento particular dos políticos, ainda que nem tanto em relação a nós mesmos.

Some-se a isso nossa imagem externa e a auto-imagem de um país atrasado, de imediato no sentido econômico, mas com significados que vão além, chegando a nossas pautas de comportamento e

sensibilidade. Os brasileiros seriam antigos, atrasados em relação à modernização de costumes que teria se acelerado muito, nos países desenvolvidos, a partir da segunda metade do século XX. Lá, todos seriam mais livres, mais arejados, menos caretas.

Nada disso é verdade e nossa experiência democrática dos últimos anos o demonstra amplamente. Ao contrário dos estereótipos, o que somos é uma cultura política muito avançada, em sua capacidade de diferenciar o que importa do irrelevante, quando avaliamos os comportamentos de nossas lideranças.

Nos dois casos recentes, a discussão travada nos meios de comunicação nunca foi a respeito de aspectos privados

e a reação da opinião pública tampouco se concentrou neles. O relevante sempre foi saber se alguma questão pública estava em jogo – negociação de interesses, favorecimento, ilegalidades.

Em inúmeros outros acontecimentos, uns mais graves, uns menos, vimos quão tolerante e compreensiva é a cultura política brasileira para com a vida pessoal dos políticos, muito mais que a de países que estão léguas à nossa frente em bem-estar e desenvolvimento educacional. Os contemporâneos, talvez sejamos nós.

Já vimos, em dezenas de eleições em todos os níveis, que candidatos são avaliados pelo que fizeram ou deixaram de fazer na política, e não por terem tido muitas ou poucas namoradas (ou namorados). Se uma autoridade se dá a prazeres que não parecem interferir em sua atuação, que o faça, dizem os eleitores. Se for jovem, que aproveite. Se velho, mais ainda.

É claro que não existe unanimidade dentro do eleitorado, havendo segmentos muito mais conservadores, nesses aspectos, que outros. É fato, também, que existem tabus que são mais rígidos: tomar uns goles, por exemplo, é permitido; consumir outras drogas, não. Na vida amorosa, já fizemos pesquisas em que temas como adultério, homossexualidade (masculina e feminina), ser namorado(a), foram colocados para as pessoas, com respostas sempre revelando aceitação majoritária. Vale notar que os níveis de aceitação variam pouco em função da religião do entrevistado. Evangélicos, por exemplo, não são necessariamente mais intolerantes que outros.

Temos muitas coisas a invejar em outros países. Em matéria de modernidade da cultura política de nosso eleitorado, no entanto, podemos dar aulas a vários.

“

Ao contrário dos estereótipos, o que somos é uma cultura política muito avançada, em sua capacidade de diferenciar o que importa do irrelevante, quando avaliamos os comportamentos de nossas lideranças